

Formar profissionais para lidar bem com o novo instrumento é desafio

A telemedicina avançou do ponto de vista da regulamentação, consolidou-se como ferramenta e veio para ficar. Não é mais futuro, tornou-se presente. Junto com as soluções digitais entre empresas e clientes e o home office, está entre as novidades da pandemia que passarão a fazer parte da nova sociabilidade pós-coronavírus.

“É uma solução viável e amigável. Reduziu idas desnecessárias a prontos-socorros. Muitas operadoras evoluíram anos em alguns meses na telemedicina. Eventuais exageros serão modulados”, afirmou o presidente da FenaSaúde, João Alceu Amoroso Lima, no webinar “Seguro saúde e os reflexos da telemedicina”, promovido nesta segunda-feira (29/6) pelo escritório de advocacia Pellon & Associados.

Para avançar mais, a telemedicina tem como desafios melhorar as redes de internet no país e formar profissionais. “Das 340 escolas de medicina no país, só sete têm disciplina sobre telemedicina. A geração digitalizada não está com esse preparo. Os desafios são enormes, mas é irresistível. Quem domina isso é o paciente, é o consumidor, e ele quer isso”, disse Amoroso Lima.

A pandemia também trouxe uma série de “temas quentes” sobre os quais a FenaSaúde, segundo seu dirigente, precisou se posicionar. O primeiro deles é a gestão unificada de leitos pelo SUS, que a entidade é fortemente contra. “Desorganiza o setor privado que vem funcionando a contento”. O segundo é o confisco de leitos, quando requisitado por autoridades públicas antes de se discutir a remuneração – houve alguns casos no país, mas nada em grande escala. “A maior solução é a negociação. Contratualiza-se e resolve-se pelo mercado”.

Outra questão foi a liberação das chamadas reservas técnicas. A maioria esmagadora das operadoras de saúde se recusou a assinar termo de compromisso proposto pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para ter acesso aos fundos – recursos próprios mantidos pelas próprias empresas – por se opor à possibilidade de permitir a inadimplência: “Seria um tiro no pé, um risco gigantesco. As operadoras sabem o risco da inadimplência”.

Finalmente, a saúde suplementar tem sido obrigada a lidar com uma grande quantidade de projetos de lei que interferem no setor e põe em risco a prestação dos serviços aos pacientes. A saída tem sido dialogar com os legisladores para alertá-los das consequências: “No médio prazo projetos podem arrebentar as empresas e colocar os consumidores nas ruas”.

Também participaram da webinar o sócio da Pellon & Associados Advocacia Inaldo Bezerra e o coordenador jurídico na Golden Cross, Carlos Frihani. A mediação foi do fundador e presidente do conselho da Pellon & Associados, Luís Felipe Pellon.

Fonte: FenaSaúde, em 30.06.2020